



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Reformas Econômicas  
Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação  
Coordenação-Geral de Saúde e Comunicações

**Voto:** 75/2024/CGSCOM/MF

Processo SEI nº: 25351.902850/2023-90

### I. RELATÓRIO

1. O presente voto refere-se a Processo Administrativo instaurado pela Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), com o objetivo de apurar a venda, pela empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ 94.516.671/034, do medicamento TENSIOVAL (princípio ativo METILDOPA, na apresentação 250 MG COM REV CX 50 E AL PLAS INC X 10 EMB HOSP), por valor superior ao Preço Fábrica (PF), ao Consórcio Intergestores Paraná Saúde/PR, CNPJ 03.273.207/0001-28, conforme Notas Fiscais nºs 150.342, 150.415, 150.416 e 150.437, datadas de 29/05/2018, e nºs 150440, 150501, 150502, 150507, 150508, 150510, 150534, 150535, 150536, 150538, 150539, 150547, 150548, 150554, 150558, 150560, 150561, 150566, 150567, 150569, 150593, 150598, 150601, 150602, 150604, 150605, 150607, 150610, 150615, 150620, 150621, 150622, 150634 e 150635, emitidas em 30/05/2018 (fl. 38-73, 75-76).

2. Em investigação preliminar, a Secretaria-Executiva da CMED (SCMED) exarou a Nota Técnica nº 44/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (fls. 78 e ss), que apontou a venda do medicamento supracitado com valor superior ao permitido, perfazendo o total a maior de R\$ 30.209,60 (trinta mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos).

3. A empresa foi informada da abertura do processo por meio da Notificação nº 84/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (fl. 92), para apresentar sua defesa, na qual alegou, em síntese, que (fls. 96 e ss):

- a. o processo deverá ser arquivado, por incidência de prescrição intercorrente, tendo transcorrido, sem qualquer ato de impulsionamento do processo, mais de 3 anos entre 22/04/2019 (data em que houve o envio de denúncia pelo Consórcio Intergestores Paraná Saúde) e 30/01/2023 (data em que o Despacho nº 108/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, ao acolher a Nota Técnica nº 44/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, instaurou Processo Administrativo Sancionatório);
- b. a empresa jamais teve superfaturamento e possui diversos procedimentos internos que impedem a oferta e a comercialização dos medicamentos acima do valor da Tabela CMED;
- c. a imposição de penalidade não é proporcional, vez que a situação apurada ocorreu em 2018 e, desde então, a empresa aperfeiçoou seus mecanismos internos para evitar a comercialização acima da Tabela CMED.

4. Após defesa da empresa, a SCMED emitiu a Decisão nº 96, de 11 de abril de 2023 (fls. 156 e ss), atestando a infração da empresa, por vender o medicamento por valor superior ao PF, em

descumprimento ao disposto pela Resolução CMED nº 2/2018, concluindo inicialmente pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R\$ 83.472,56 (oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

5. Em adição, não foram computadas agravantes [\[1\]](#) em razão dos fatos objetos do presente processo serem anteriores ao advento da Resolução CMED nº 2/2018.

6. Por sua vez, em função da empresa não possuir condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos, incorporou-se a atenuante de primariedade, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da supracitada Resolução.

7. Destarte, a presença de uma atenuante ensejou a cominação da multa pelo seu valor inicial, deduzido subsequentemente de 1/3 deste montante, de modo que a sanção pecuniária final restou em R\$ 55.648,37 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos).

8. Após subsequente notificação, a empresa interpôs recurso administrativo (fls. 175 e ss), no qual reiterou os argumentos aventados em sede de defesa, especialmente a incidência de prescrição intercorrente.

9. Por meio do Despacho nº 610/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (fl. 194), a SCMED recebeu recurso por entender presentes os requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse e, na sequência, sorteou o processo entre os membros do Comitê Técnico-Executivo (CTE) da CMED na 5ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada no dia 19 de junho de 2023, cuja relatoria coube ao Ministério da Fazenda, conforme Despacho nº 841/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA.

10. Em adição, após esta SRE vislumbrar a possibilidade de majoração no valor da multa aplicada, em função da aplicação pela SCMED da atenuante de primariedade sobre o somatório das multas-base calculadas em relação às vendas feitas por valores superiores ao permitido, e não em relação a cada uma delas individualmente, encaminhou-se em 13 de novembro de 2024 o Ofício nº 66750/2024 à recorrente concedendo-se prazo de 15 dias para eventual submissão de alegações finais.

11. A recorrente, em 26 de novembro de 2024, submeteu tempestivamente suas alegações finais (SEI 46799272), nas quais basicamente reiterou, uma vez mais, a eventual incidência de prescrição intercorrente.

## **II. ANÁLISE**

### **II.1 Admissibilidade do Recurso Administrativo**

12. Tendo em vista que a empresa tomou ciência da Decisão nº 96/2023 da SCMED em 20 de abril de 2023, conforme Despacho nº 610/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (fl. 194), e protocolou o recurso em 12 de maio de 2023, considera-se tempestiva a interposição do mesmo, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2/2018.

### **II.2 Preliminar**

13. Conforme observado anteriormente, antes de analisar-se o mérito, procedeu-se à avaliação da alegação de incidência de prescrição intercorrente pelo transcurso de período superior a três anos entre a submissão de denúncia pelo Consórcio Intergestores Paraná Saúde/PR à Secretaria-Executiva da CMED, em 22 de abril de 2019, e o início do Processo Administrativo Sancionatório, em 30 de janeiro de 2023, através do Despacho nº 108/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, que acolheu a investigação apresentada pela Nota Técnica nº 44/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA.

14. Esta SRE mantém o entendimento da SCMED, já manifestado previamente nos Votos nº 7/2024/CGSCOM/MF (emitido no âmbito do Processo nº 25351.925368/2022-47) e nº 74/2024/CGSCOM/MF (emitido no âmbito do Processo nº 25351.284512/2018-05), no sentido de que a contagem do prazo previsto no art. 1º, §1º da Lei nº 9.873/1999 inicia-se apenas após a abertura do processo administrativo, que, por sua vez, ocorre com a intimação para a apresentação de defesa. Em outras palavras, não cabe a contagem do prazo de 3 (três) anos para períodos anteriores à ocorrência da intimação.

15. Ressalta-se que tal entendimento está alinhado com o Parecer nº 38/2018, exarado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) nos autos do Processo nº 10372.000380/2016-83, em trâmite perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), segundo o qual a Lei nº 9.873/1999 é clara ao prever que a prescrição intercorrente incide quando o processo resta paralisado, pendente de julgamento ou despacho, sendo estes atos inerentes ao processo administrativo efetivamente instaurado, e não a fases preliminares de investigação. *In verbis*:

*"enfatizamos que despacho e julgamento são atos praticados no curso de um processo, cujo pressuposto inarredável é a formação de uma relação processual completa, com participação efetiva de ambas as partes. Em outras palavras, necessário haver contraditório, o que, a toda evidência, é insuscetível de ocorrer na fase investigatória das infrações administrativas."*

16. Veja-se que o Parecer nº 109/2020 da PGFN consolida ainda mais a questão, dispondo que a impossibilidade de ocorrência de prescrição intercorrente ainda na fase investigatória trata-se de *"entendimento jurisprudencial pacificado"*.

17. Importar ressaltar ainda que esse entendimento não é adotado apenas pela PGFN como também pela Procuradoria-Geral junto ao Banco Central, como se extrai do Parecer nº 430/2019:

*"No âmbito da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), refuta-se a tese da aplicação da prescrição intercorrente à fase pré-processual, a partir da 'premissa de que [sua fluência] necessita de uma relação processual instaurada [...], pois intercorre entre atos processuais, e visto que não se pode exigir atuação contínua do Estado enquanto busca indícios do cometimento de irregularidades, momento esse em que inexiste acusação, conclui-se que somente após a intimação pode-se falar em incidência dessa modalidade de prescrição'".*

18. Feitas tais considerações, verifica-se que, no presente caso, o processo não permaneceu paralisado por mais de 3 (três) anos, após a notificação da empresa investigada acerca das infrações a ela imputados e a instauração do processo administrativo propriamente dito. O quadro abaixo resume os atos processuais em ordem cronológica:

<b>Data</b>	<b>Ato Processual</b>
<b>30/01/2023</b>	Emissão, pela SCMED, da Nota Técnica nº 44/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA
<b>30/01/2023</b>	Emissão, pela SCMED, do Despacho nº 108/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, determinando a instauração do processo administrativo
<b>30/01/2023</b>	Emissão, pela SCMED, da Notificação nº 84/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, comunicando a empresa acerca da instauração do Processo Administrativo
<b>13/02/2023</b>	Recebimento, pela empresa, da Notificação nº 84/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA
<b>09/03/2023</b>	Apresentação, pela empresa, de defesa
<b>11/04/2023</b>	Emissão, pela SCMED, da Decisão nº 96, atestando a infração
<b>11/04/2023</b>	Emissão, pela SCMED, da Notificação nº 394/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA, comunicando a empresa acerca da Decisão nº 96
<b>14/04/2023</b>	Publicação no Diário Oficial da União de extrato da Decisão nº 96
<b>20/04/2023</b>	Recebimento, pela empresa, da Notificação nº 394/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA
<b>12/05/2023</b>	Interposição, pela empresa, de recurso face à Decisão nº 96

19. Assim, afastada a alegação de prescrição intercorrente, passa-se ao exame do mérito.

## II.3 Mérito

20. O presente Processo Administrativo abarca a inobservância das regras do mercado de medicamentos pela empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA venda do medicamento TENSIOVAL ao Consórcio Intergestores Paraná Saúde/PR, por valor superior ao PF.

21. Inicialmente, cabe destacar que a oferta e venda de medicamentos deve atender à toda regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. Neste ponto, consoante art. 2º c/c art. 8º da Lei nº 10.742/2003, o descumprimento, por "*empresas produtoras de medicamentos, farmácias e drogarias, representantes, distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico*", de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078/1990.

22. Nesse contexto, a Resolução CMED nº 2/2018 estabelece que:

“Art. 5º As infrações à regulação do mercado de medicamentos serão classificadas, segundo sua natureza, em 2 (dois) grupos:

(...)

II - infrações classificadas como quantificáveis:

b) vender medicamento por preço superior ao limite máximo aplicável ao caso;”

23. Destarte, resta incontestado que a regulamentação referente ao mercado de medicamentos aplica-se à toda a cadeia do setor, inclusive às empresas atacadistas ou distribuidoras, como é o caso da CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

24. No concernente à infração objeto do presente processo, o excerto da Resolução CMED nº 2/2018 reproduzido acima evidencia claramente que a venda efetiva de medicamentos por valor superior ao permitido constitui descumprimento à regulação vigente.

25. Destarte, restam improcedentes as alegações finais submetidas pela recorrente para esta SRE.

26. Partindo para a análise do caso concreto, verifica-se a autoria da CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. na infração descrita às fls. 78 a 90, consubstanciada venda, em maio de 2018, de um total de 1.912 embalagens, contendo cada uma 10 caixas com 50 unidades cada, conforme descrito nas respectivas Notas Fiscais, do medicamento TENSIOVAL (princípio ativo METILDOPA, na apresentação 250 MG COM REV CX 50 BL AL PLAS INC X 10 EMB HOSP), pelo valor unitário de R\$ 137,80/embalagem, superior em R\$ 15,80 ao respectivo PF de R\$ 122,00.

27. Conforme estabelecido pelo art. 9, inciso IV, alínea “b”, da Resolução CMED nº 2/2018, a metodologia para cálculo da multa em caso de **venda** de medicamento por valor superior ao permitido é a reproduzida abaixo:

$$Mv = 2a * (1 + i)$$

Onde:

Mv = multa apurada no processo administrativo para cada venda;

a = diferença entre o valor ofertado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade vendida, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica do agente.

28. Por sua vez, o índice de ajuste face à condição econômica do agente é obtido a partir do enquadramento do faturamento anual da empresa na tabela abaixo:

Faixas	Faturamento médio no Brasil no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	1%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	0,7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	0,5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	0,4%
E	$x < 10.000.000,00$	0,2%

29. Conforme valores constantes do sistema DATAVISA, a CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA enquadra-se na faixa B supramencionada, cujo índice de ajuste face condição econômica é de 0,7%.

30. Por sua vez, a CMED, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016 e na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa, e seguindo recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório CGU nº 201315441, passou a adotar a Taxa Selic como forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração.

31. Destarte, aplicando-se a multa conforme porte econômico da empresa, no caso, de 0,7% correspondente a empresa de grande porte, de acordo com a metodologia supracitada, ter-se-ia o valor preliminar de R\$ 79.295,55<sup>[2]</sup> (setenta e nove mil reais, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

32. No tocante às circunstâncias agravantes, não foram constatadas sua incidência em razão dos fatos objetos do presente processo serem anteriores à entrada em vigor da Resolução CMED nº 2/2018.

33. Por sua vez, a inexistência de processo transitado em julgado contra a empresa enseja a cominação da atenuante de primariedade, de modo que a sanção pecuniária final restou equivalente à multa inicial, deduzida subsequentemente de 1/3 (um terço) deste montante, perfazendo um valor de R\$ 60.516,96<sup>[3]</sup> (sessenta mil, quinhentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos).

34. Veja-se que a multa aumentou em relação ao montante aplicado pela SCMED, pois esta SRE constatou que a Secretaria-Executiva da CMED, na supracitada Decisão nº 96/2023, aplicou indevidamente a atenuante de primariedade sobre o somatório das 40 (quarenta) multas-base calculadas em relação às vendas feitas por valores superiores ao permitido, e não em relação a cada uma delas individualmente, o que contraria o previsto no § 3º, do art. 9º e no art. 10 da Resolução CMED nº 2/2018, segundo os quais *"para cálculo da multa, levar-se-á em consideração os medicamentos por apresentação"* e *"o resultado alcançado do cálculo da multa não poderá exceder os limites mínimo e máximo previstos no artigo 57, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990"*. No caso, o patamar mínimo de 200 Ufir equivalia à R\$ 819,98 à época da manifestação da SCMED.

35. Assim, a tabela abaixo resume os agravantes e atenuantes aplicados ao caso e respectivo cálculo final:

Infração	Multa Base	Agravantes	Atenuantes	Multa Final
Venda de 76 unidades de METILDOPA	R\$ 3.151,92	Não há	Primariedade R\$ 3151,92 - 1/3 R\$ 3151,92 = R\$ 2101,28	R\$ 2.101,28
Venda de 86 unidades de METILDOPA	R\$ 3.566,64	Não há	Primariedade R\$ 3566,64 - 1/3 R\$ 3566,64 = R\$ 2377,76	R\$ 2.377,76
Venda de 60 unidades de METILDOPA	R\$ 2.488,35	Não há	Primariedade R\$ 2488,35 - 1/3 R\$ 2488,35 = R\$ 1658,9	R\$ 1.658,90
Venda de 200 unidades de METILDOPA	R\$ 8.294,51	Não há	Primariedade R\$ 8294,51 - 1/3 R\$ 8294,51 = R\$ 5529,68	R\$ 5.529,68
Venda de 20 unidades de METILDOPA	R\$ 829,45	Não há	Primariedade R\$ 829,45 - 1/3 R\$ 829,45 = R\$ 552,97	R\$ 819,98

Venda de 5 unidades de METILDOPA	R\$ 207,36	Não há	Primariedade R\$ 207,36 - 1/3 R\$ 207,36 = R\$ 138,24	R\$ 819,98
Venda de 5 unidades de METILDOPA	R\$ 207,36	Não há	Primariedade R\$ 207,36 - 1/3 R\$ 207,36 = R\$ 138,24	R\$ 819,98
Venda de 2 unidades de METILDOPA	R\$ 82,95	Não há	Primariedade R\$ 82,95 - 1/3 R\$ 82,95 = R\$ 55,3	R\$ 819,98
Venda de 43 unidades de METILDOPA	R\$ 1.783,32	Não há	Primariedade R\$ 1783,32 - 1/3 R\$ 1783,32 = R\$ 1188,88	R\$ 1.188,88
Venda de 4 unidades de METILDOPA	R\$ 165,89	Não há	Primariedade R\$ 165,89 - 1/3 R\$ 165,89 = R\$ 110,59	R\$ 819,98
Venda de 31 unidades de METILDOPA	R\$ 1.285,65	Não há	Primariedade R\$ 1285,65 - 1/3 R\$ 1285,65 = R\$ 857,1	R\$ 857,10
Venda de 19 unidades de METILDOPA	R\$ 787,98	Não há	Primariedade R\$ 787,98 - 1/3 R\$ 787,98 = R\$ 525,32	R\$ 819,98
Venda de 26 unidades de METILDOPA	R\$ 1.078,29	Não há	Primariedade R\$ 1078,29 - 1/3 R\$ 1078,29 = R\$ 718,86	R\$ 819,98
Venda de 12 unidades de METILDOPA	R\$ 497,67	Não há	Primariedade R\$ 497,67 - 1/3 R\$ 497,67 = R\$ 331,78	R\$ 819,98
Venda de 28 unidades de METILDOPA	R\$ 1.161,23	Não há	Primariedade R\$ 1161,23 - 1/3 R\$ 1161,23 = R\$ 774,15	R\$ 819,98
Venda de 17 unidades de METILDOPA	R\$ 705,03	Não há	Primariedade R\$ 705,03 - 1/3 R\$ 705,03 = R\$ 470,02	R\$ 819,98
Venda de 88 unidades de METILDOPA	R\$ 3.649,59	Não há	Primariedade R\$ 3649,59 - 1/3 R\$ 3649,59 = R\$ 2433,06	R\$ 2.433,06
Venda de 20 unidades de METILDOPA	R\$ 829,45	Não há	Primariedade R\$ 829,45 - 1/3 R\$ 829,45 = R\$ 552,97	R\$ 819,98
Venda de 45 unidades de METILDOPA	R\$ 1.866,27	Não há	Primariedade R\$ 1866,27 - 1/3 R\$ 1866,27 = R\$ 1244,18	R\$ 1.244,18
Venda de 20 unidades de METILDOPA	R\$ 829,45	Não há	Primariedade R\$ 829,45 - 1/3 R\$ 829,45 = R\$ 552,97	R\$ 819,98
Venda de 23 unidades de METILDOPA	R\$ 953,87	Não há	Primariedade R\$ 953,87 - 1/3 R\$ 953,87 = R\$ 635,91	R\$ 819,98
Venda de 154 unidades de METILDOPA	R\$ 6.386,78	Não há	Primariedade R\$ 6386,78 - 1/3 R\$ 6386,78 = R\$ 4257,85	R\$ 4.257,85
Venda de 143 unidades de METILDOPA	R\$ 5.930,58	Não há	Primariedade R\$ 5930,58 - 1/3 R\$ 5930,58 = R\$ 3953,72	R\$ 3.953,72
Venda de 20 unidades de METILDOPA	R\$ 829,45	Não há	Primariedade R\$ 829,45 - 1/3 R\$ 829,45 = R\$ 552,97	R\$ 819,98
Venda de 14 unidades de METILDOPA	R\$ 580,62	Não há	Primariedade R\$ 580,62 - 1/3 R\$ 580,62 = R\$ 387,08	R\$ 819,98
Venda de 21 unidades de METILDOPA	R\$ 870,92	Não há	Primariedade R\$ 870,92 - 1/3 R\$ 870,92 = R\$ 580,62	R\$ 819,98
Venda de 27 unidades de METILDOPA	R\$ 1.119,76	Não há	Primariedade R\$ 1119,76 - 1/3 R\$ 1119,76 = R\$ 746,51	R\$ 819,98

Venda de 40 unidades de METILDOPA	R\$ 1.658,90	Não há	Primariedade R\$ 1658,9 - 1/3 R\$ 1658,9 = R\$ 1105,94	R\$ 1.105,94
Venda de 87 unidades de METILDOPA	R\$ 3.608,11	Não há	Primariedade R\$ 3608,11 - 1/3 R\$ 3608,11 = R\$ 2405,41	R\$ 2.405,41
Venda de 34 unidades de METILDOPA	R\$ 1.410,07	Não há	Primariedade R\$ 1410,07 - 1/3 R\$ 1410,07 = R\$ 940,04	R\$ 940,04
Venda de 4 unidades de METILDOPA	R\$ 165,89	Não há	Primariedade R\$ 165,89 - 1/3 R\$ 165,89 = R\$ 110,59	R\$ 819,98
Venda de 24 unidades de METILDOPA	R\$ 995,34	Não há	Primariedade R\$ 995,34 - 1/3 R\$ 995,34 = R\$ 663,56	R\$ 819,98
Venda de 30 unidades de METILDOPA	R\$ 1.244,18	Não há	Primariedade R\$ 1244,18 - 1/3 R\$ 1244,18 = R\$ 829,45	R\$ 829,45
Venda de 58 unidades de METILDOPA	R\$ 2.405,41	Não há	Primariedade R\$ 2405,41 - 1/3 R\$ 2405,41 = R\$ 1603,61	R\$ 1.603,61
Venda de 85 unidades de METILDOPA	R\$ 3.525,17	Não há	Primariedade R\$ 3525,17 - 1/3 R\$ 3525,17 = R\$ 2350,11	R\$ 2.350,11
Venda de 20 unidades de METILDOPA	R\$ 829,45	Não há	Primariedade R\$ 829,45 - 1/3 R\$ 829,45 = R\$ 552,97	R\$ 819,98
Venda de 15 unidades de METILDOPA	R\$ 622,09	Não há	Primariedade R\$ 622,09 - 1/3 R\$ 622,09 = R\$ 414,73	R\$ 819,98
Venda de 191 unidades de METILDOPA	R\$ 7.921,26	Não há	Primariedade R\$ 7921,26 - 1/3 R\$ 7921,26 = R\$ 5280,84	R\$ 5.280,84
Venda de 40 unidades de METILDOPA	R\$ 1.658,90	Não há	Primariedade R\$ 1658,9 - 1/3 R\$ 1658,9 = R\$ 1105,94	R\$ 1.105,94
Venda de 75 unidades de METILDOPA	R\$ 3.110,44	Não há	Primariedade R\$ 3110,44 - 1/3 R\$ 3110,44 = R\$ 2073,63	R\$ 2.073,63
Total	R\$ 79.295,55			R\$ 60.516,96

### III. CONCLUSÃO

36. Ante todo o exposto, vota-se pelo conhecimento do recurso e indeferimento no mérito, retificando-se a multa cominada de R\$ 55.648,37 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos) para o valor final de R\$ 60.516,96 (sessenta mil, quinhentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos).

RAFAEL SIQUEIRA BARRETO

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

MARIANA PICCOLI L. CAVALCANTI

Coordenadora-Geral de Saúde e Comunicações

[1] Esses somente tipificados quando do advento da Resolução CMED nº 02/2018. A atenuante foi computada por analogia ao Código Processual Penal, o qual dispõe que norma futura, ou seja, posterior à data de consumação do delito, somente pode

ser aplicada retroativamente em benefício ao réu.

[2] Esse valor é equivalente ao valor de R\$ 83.472,56 (oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) calculado pela Secretaria Executiva da CMED, o qual seria encontrado APÓS aplicação do piso mínimo de 200 Ufir às multas cujo resultado estivesse abaixo desse valor. Aqui, optou-se por explicitar o cômputo desse limite inferior ao final do cálculo, para melhor inteligibilidade.

[3] Algumas das Notas Fiscais, após aplicação da atenuante de primariedade, tinham valor abaixo do mínimo legal previsto de 200 Ufir. Nesses casos, computou-se esse patamar mínimo, equivalente à época a R\$ 819,98.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Piccoli Lins Cavalcanti, Coordenador(a)-Geral**, em 27/12/2024, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Siqueira Barreto, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 30/12/2024, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **45549269** e o código CRC **DB2A662E**.